

PREFEITURA

DE FERNANDÓPOLIS

LEI Nº 4.780 – DE 24 DE SETEMBRO DE 2018

(Institui Plano Municipal de Mata Atlântica de Fernandópolis, e dá outras providências).

ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS, ES-

TADO DE SÃO PAULO, NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS; . . .

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E DECRETOU E ELE SANCIONA E

PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Mata Atlântica de Fernandópolis, nos termos do Anexo desta

Lei, que dela é parte integrante.

Art. 2º O Plano Municipal de Mata Atlântica de Fernandópolis reger-se-à pelo aqui disposto em observância

ao conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotadas pelo Governo Federal e

Estadual, isoladamente ou em regime de cooperação com os demais entes federativos.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias e

serão suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal “Massanobu Rui Okuma”, 24 de setembro de 2018.

- ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO -

Prefeito Municipal de Fernandópolis

Registrada no livro próprio de leis e publicada na Imprensa Oficial do Município, bem como por afixação

nesta Prefeitura Municipal em lugar de costume e amplo acesso ao público. Data supra.

- JOSÉ CASSADANTE JUNIOR -

Secretário Municipal de Gestão

ANEXO - PARTE INTEGRANTE DA

LEI Nº 4.780, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018

PLANO MUNICIPAL DE MATA A

TLÂNTICA DE FERNANDÓPOLIS- SP

RESPONSÁVEL TÉCNICO: Dr. Luiz Sérgio Vanzela

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO ..... 3

2. MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS ..... 4

3. LEGISLAÇÃO AMBIENTAL SOBRE A VEGETAÇÃO NATIVA ..... 10

4. SITUAÇÃO ATUAL DA VEGETAÇÃO NATIVA ..... 11

4.1. Vegetação nativa no município ..... 11

4.2. Mata nativa na zona urbana ..... 13

4.3. Vetores de desmatamento ..... 13

5. INFRAESTRUTURA DE CONSERVAÇÃO/RESTAURAÇÃO FLORESTAL ..... 16

6. PROPOSTA DE CONSERVAÇÃO/RESTAURAÇÃO DE MATA ATLÂNTICA ..... 17

6.1. Prioridades em áreas de preservação permanente ..... 17

6.2. Prioridades nas demais áreas ..... 18

6.3. Medidas propostas ..... 19

6.3.1. Medidas para as prioridades em área de preservação permanente ..... 19

6.3.2. Medidas para as prioridades nas demais áreas ..... 19

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... 21

8. REFERÊNCIAS ..... 22

1. INTRODUÇÃO

A vegetação nativa nos municípios representa papel fundamental na proteção da fauna e flora, recursos

hídricos, solos e equilíbrio ecológico, sendo importantes para o desenvolvimento socioeconômico.

Com isso, os municípios devem diagnosticar, planejar e executar medidas para a preservação das matas

nativas existentes, bem como promover a restauração das áreas degradadas, tanto em áreas de preservação

permanente como na reserva legal.

O Código Florestal Brasileiro dispõe sobre o uso sustentável dessas áreas, afim de manter a sustentabilidade

dos ecossistemas e, consequentemente, das atividades econômicas do homem.

O planejamento dessas áreas deve ser organizado e aprovado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente

e instituído por Lei Municipal, para poder ser aplicado.

Neste contexto, esta é uma primeira proposta de Plano de Mata Atlântica para o município de Fernandópolis

– SP, que ainda passará pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente para ser discutido, alterado se necessário

e futuramente aprovado.

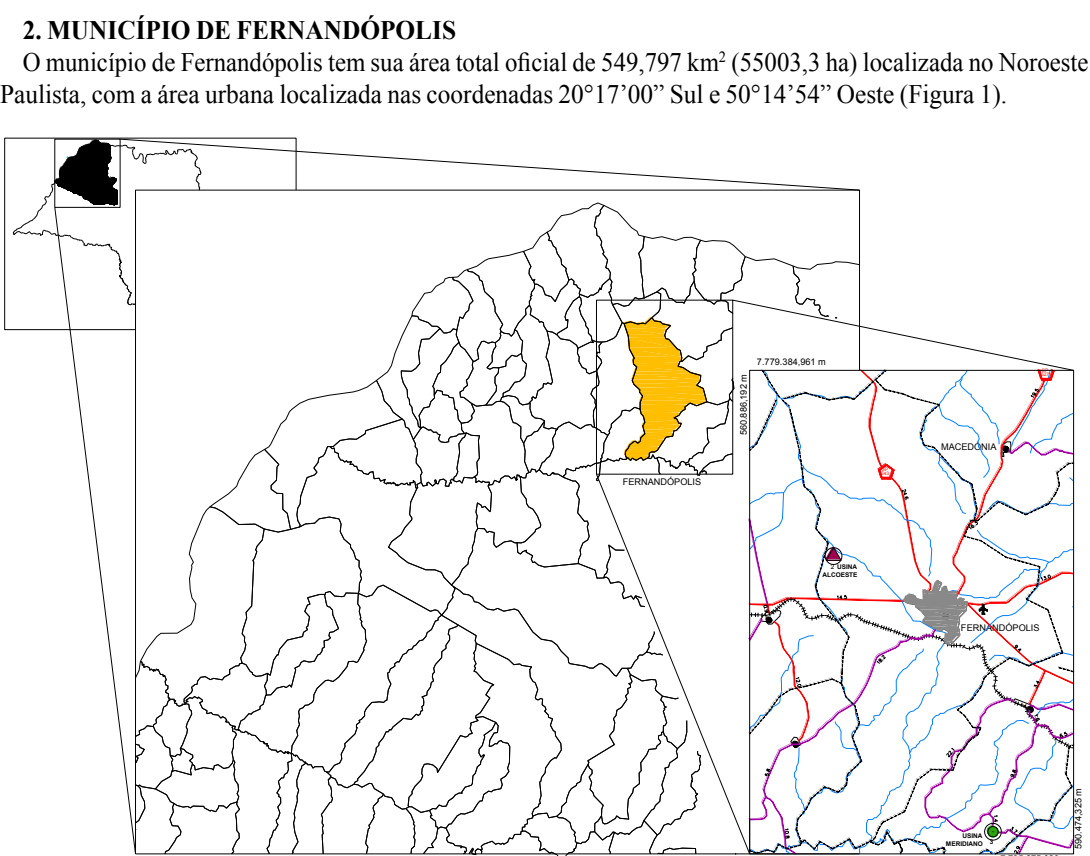


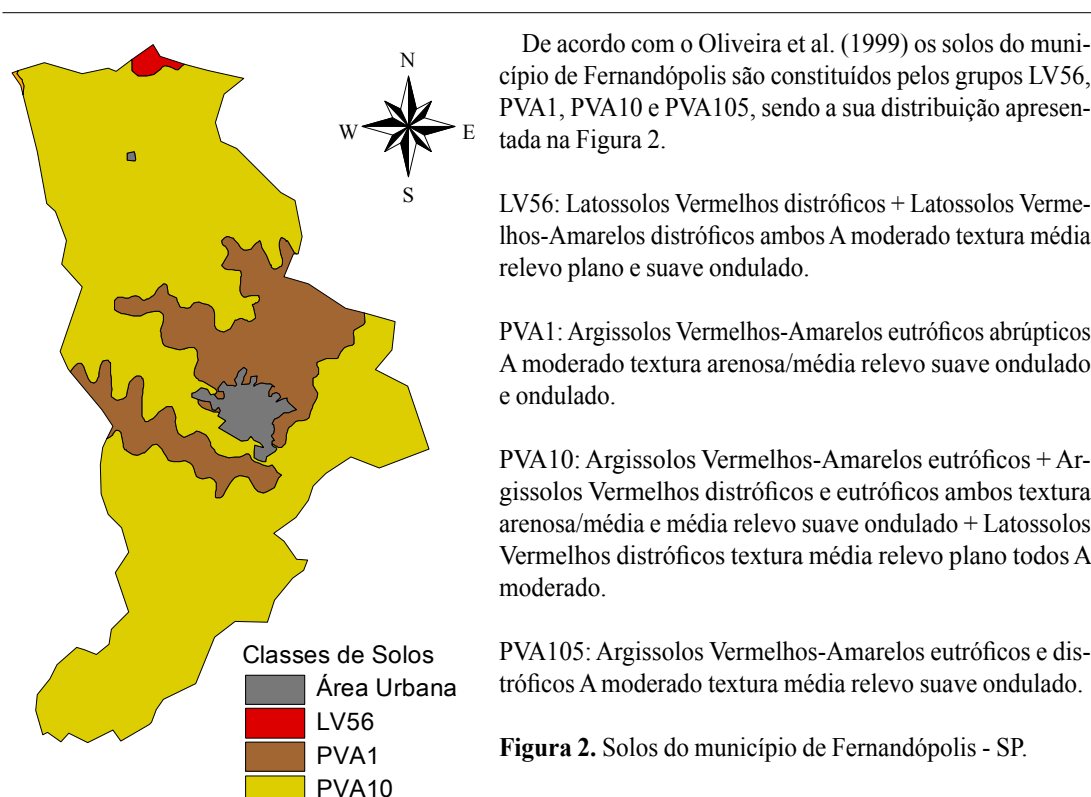
Figura 1. Localização do município de Fernandópolis - SP.

O clima da região de Fernandópolis, de acordo com a classificação de Koppen, é subtropical úmido, Aw, com inverno seco e ameno e verão quente e chuvoso (ROLIM et al., 2007). De acordo com o balanço hídrico climatológico normal ponderado do município de Fernandópolis, a precipitação média anual é de 1321 mm, com 8 meses de deficiência hídrica e o mês de agosto o de maior déficit hídrico (Tabela 1).

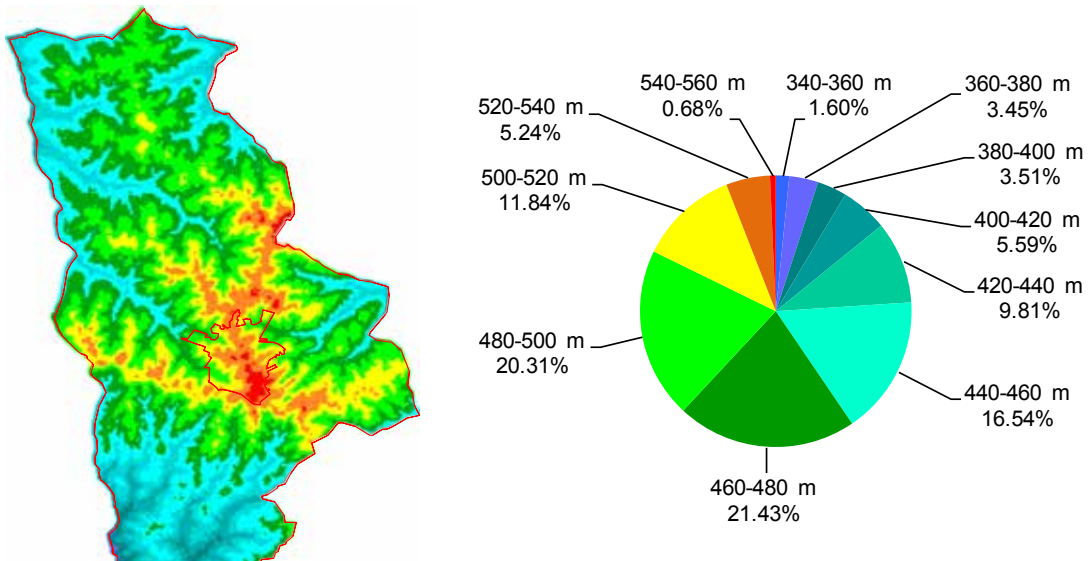
Tabela 1. Balanço hídrico climatológico normal ponderado para o município de Fernandópolis - SP (LIMA et al., 2009).

Mês	P	ETP	ARM (mm)	ETR	DEF	EXC
Jan	240	158	100	158	0	83
Fev	196	137	100	137	0	59
Mar	164	136	100	136	0	27
Abr	78	105	76	102	4	0
Mai	56	74	64	68	5	0
Jun	28	64	44	47	17	0
Jul	15	67	26	33	34	0
Ago	16	90	12	30	61	0
Set	58	115	7	63	52	0
Out	117	153	5	119	34	0
Nov	138	148	4	138	10	0
Dez	215	161	59	161	0	0
Total	1321	1409	-	1192	217	169

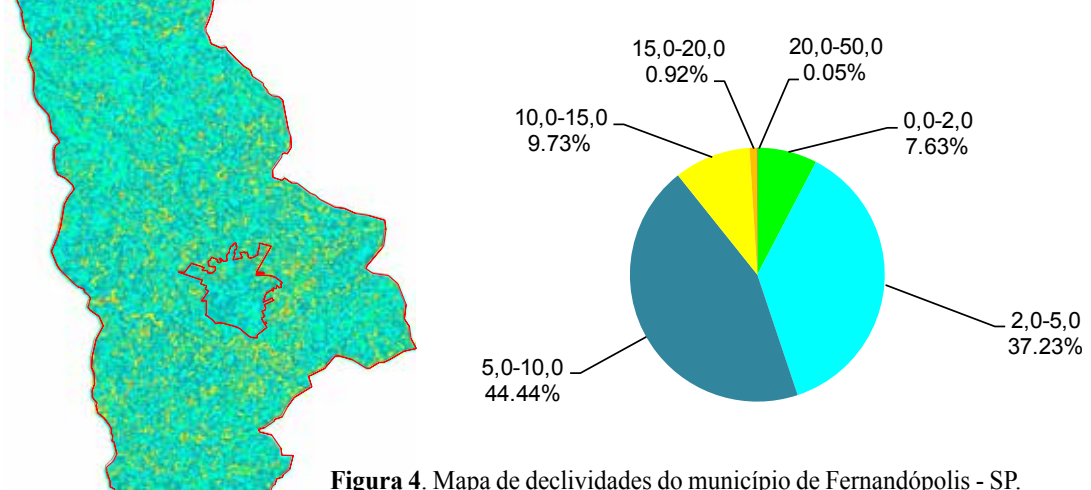
OBS: P (precipitação média); ETP (evapotranspiração potencial); ARM (armazenamento de água no solo); ETR (evapotranspiração real); DEF (deficiência hídrica de água no solo); EXC (excedente hídrico).



O município de Fernandópolis está compreendido entre as altitudes de 340 a 560 m, sendo que a maior parte de seu território (58,28%) está entre as altitudes de 440 a 500 m (Figura 3). A maior altitude identificada no município é de 557 m, localizada na área urbana, no bairro Jardim Residencial Benez.



Com relação a declividade, o município apresenta a maior parte de seu território (81,67%) com declividades entre 2 a 10%, sendo a classe predominante de 5 a 10% de declividade (Figura 4).



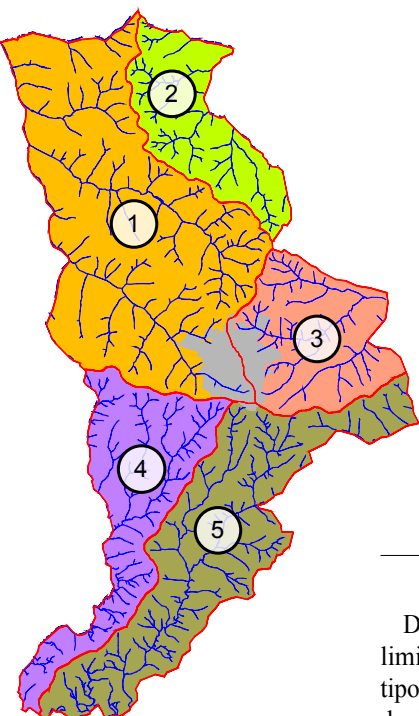
O município de Fernandópolis tem o seu território dividido em duas Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos, 61,8% na Bacia do Rio Truvo/Grande e 38,2% na Bacia do São José dos Dourados. Dentro da Bacia do Rio Turvo/Grande, os recursos hídricos superficiais estão distribuídos entre as sub-bacias dos Ribeirões Santa Rita (38,2% do total) e Pádua Diniz (10,7% do total) e do Córrego das Pedras (12,9% do total). Já na Bacia do São José dos Dourados, os recursos hídricos superficiais são constituídos pelas sub-bacias dos Ribeirões Jagora (14,9% do total) e São Pedro (23,3% do total) (Figura 5).





**PREFEITURA**  
**DE FERNANDÓPOLIS**

Continuação da página anterior

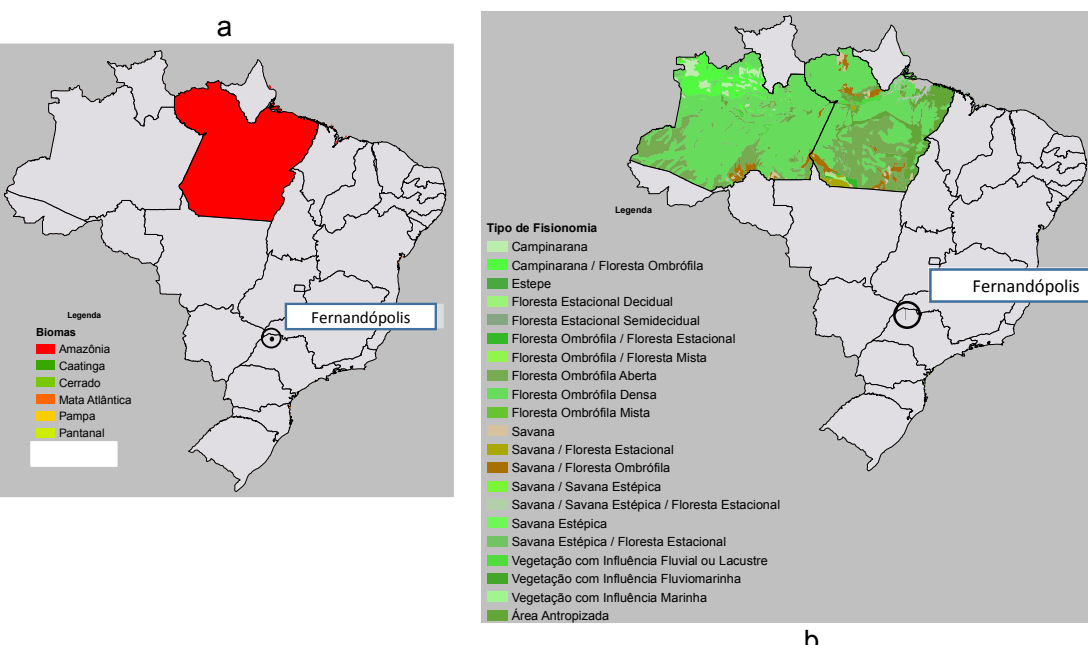


Sub-bacias do Município:

- 1-Sub-bacia do Ribeirão Santa Rita
- 2-Sub-bacia do Ribeirão Pádua Diniz
- 3-Sub-bacia do Córrego das Pedras
- 4-Sub-bacia do Ribeirão Jagora
- 5-Sub-bacia do Ribeirão São Pedro

**Figura 5.** Sub-bacias que compõe os recursos hídricos superficiais do município de Fernandópolis - SP.

De acordo com a localização do município de Fernandópolis, os seus limites estão situados nos domínios do Bioma da Mata Atlântica e no tipo de fisionomia da Floresta Estacional Semidecidual (Mata Semicaducifolia) Antropizada (Figura 6).



**Figura 6.** Localização do município em relação ao bioma (a) e o tipo de fisionomia da vegetação (b).

### 3. LEGISLAÇÃO AMBIENTAL SOBRE A VEGETAÇÃO NATIVA

O município de Fernandópolis ainda não possui uma legislação municipal sobre a preservação e restauração da vegetação nativa. Assim, este Plano Municipal de Mata Atlântica utilizou como referência o Código Florestal Brasileiro (Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012).

#### 4. SITUAÇÃO ATUAL DA VEGETAÇÃO NATIVA

#### 4.1. Vegetação nativa no município

No ano de 1985 as áreas de vegetação natural (matas nativas) já representavam pequena parcela do município de Fernandópolis, com um total aproximado de 3.800 ha (6,9% da área total) e se concentravam, sobretudo, nas áreas de preservação permanente e em pequenos fragmentos isolados (Figura 7).

**Figura 7.** Áreas de matas nativas no município de Fernandópolis em 1985 (a) e atual (b).



Atualmente, estima-se uma área de mata nativa remanescente de aproximadamente 2.450 ha. Com isso, verificou-se uma redução de cerca 1.350 ha nas áreas de matas nativas (36%).

**Tabela 2.** Áreas totais, preservadas e degradadas de Matas nativas, localizadas nas áreas de preservação permanente (APP's), em reserva legal e seu total no município de Fernandópolis.

Descrição	Preservadas (ha)	Degradadas (ha)	Total (ha)
APP's	207,59	3486,15	3693,74
Reserva legal	2242,41	5049,89	7292,30
Total	2450,00	8536,04	10986,04

Atualmente, os fragmentos de matas nativas preservadas são característicos de vegetação do bioma da mata atlântica e fisionomia vegetal da Floresta Estacional Semidecidual (Mata Semicaducifolia) (Figura 8).



**Figura 8.** Detalhe de dois dos fragmentos de aproximadamente 3 ha cada, ainda preservados dentro dos limites do município de Fernandópolis - SP.

Os atuais 2.450 ha de matas nativas ainda preservada correspondem a 4,5% da área total do município, resultando em um déficit de aproximadamente 8.536 ha de áreas que deveriam estar preservadas, de acordo com o Código Florestal.

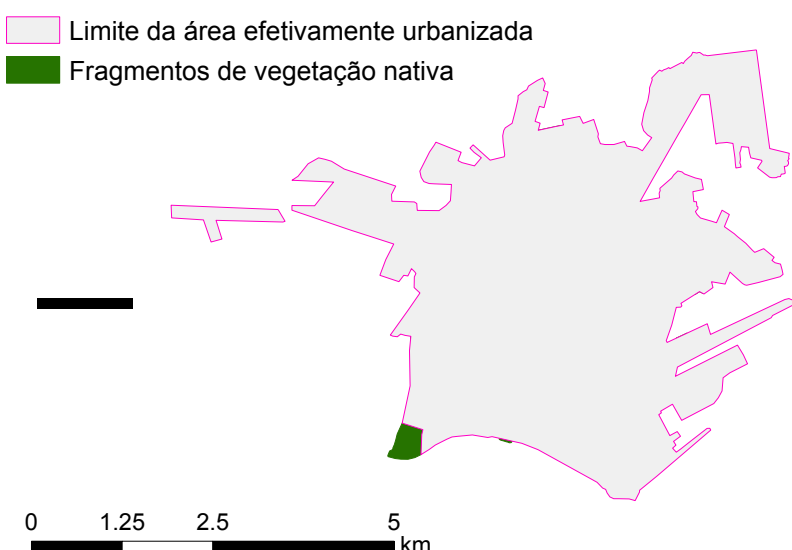
Ainda, do total de área preservada no município, apenas 207,59 ha estão localizados dentro das áreas de preservação permanente ao longo dos cursos d'água, o que corresponde a somente 5,6% da área total de APP's do município.

Seriam necessários a restauração de um total de 3.486,15 ha para adequar o déficit de mata nativa nas APP's, segundo o Código Florestal.

Estes resultados demonstram que a mata nativa, tanto nas áreas de preservação permanente como nas demais áreas, estão aquém do ideal, e que o município de Fernandópolis demandará grande trabalho para restaurar essas áreas.

#### 4.2. Mata nativa na zona urbana

A área atual de fragmentos de matas nativas é de 75,55 ha, correspondendo a 3,5% do total de 2.138,35 da área atual efetivamente urbanizada (Figura 9).



**Figura 9.** Detalhe dos fragmentos de matas nativas na área urbana.

Do total de 42,08 ha de áreas de preservação permanente da área urbana, cerca de 19,00 ha estão ocupados por matas nativas, o que corresponde a 45,2% das APP's (Tabela 3).

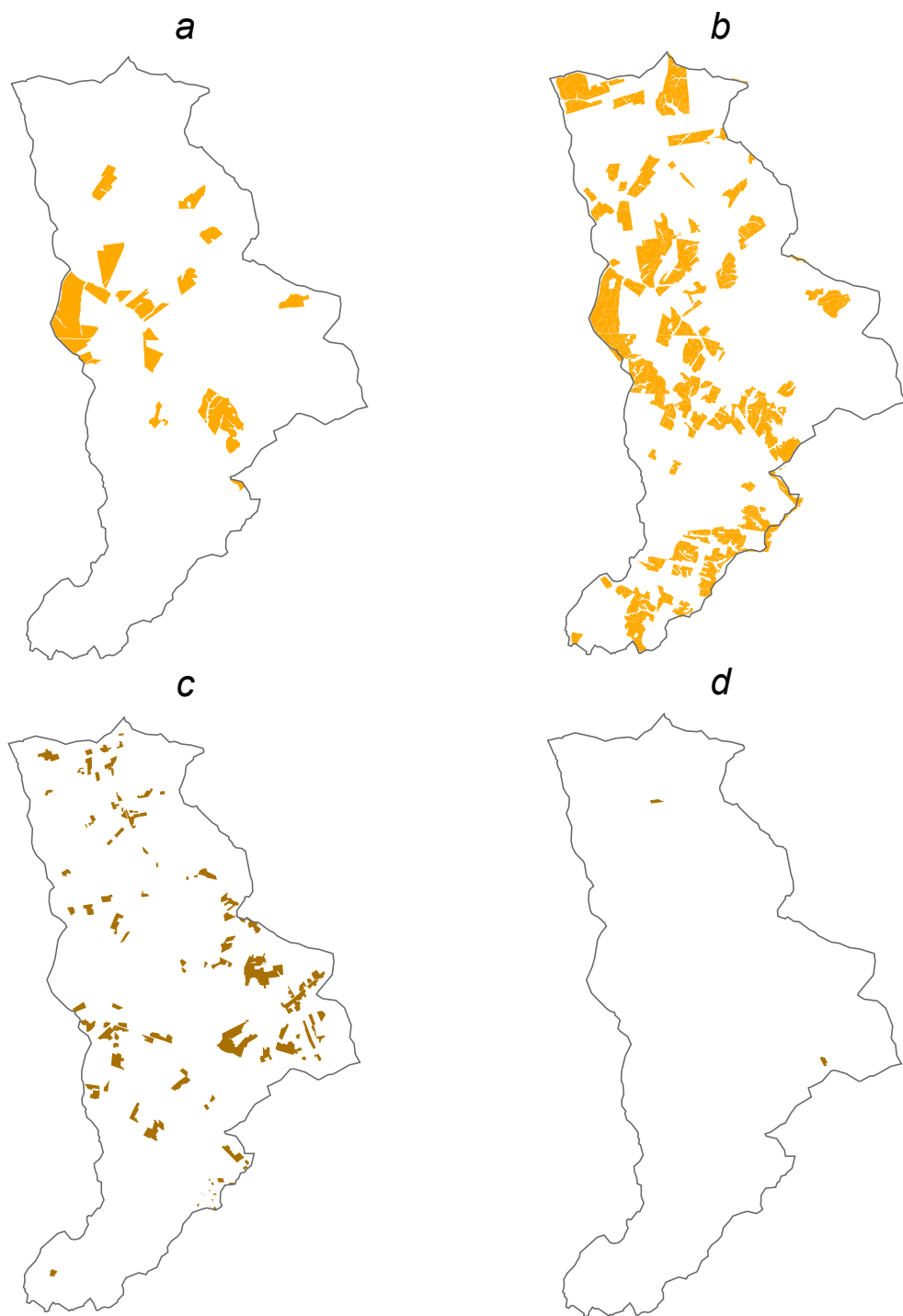
Descrição	Preservadas	Degradadas	Total
Total	-	-	1868,16
APP's urbanas	19,00	23,08	42,08
Demais Fragmentos de matas nativas	56,55	-	56,55
Área de projeção de copa	165,00	-	165,00
Áreas verdes consolidadas	6,56	-	6,56
Total	247,11	23,08	2138,35

**Tabela 3.** Áreas totais, preservadas e degradadas de matas nativas nas APP's, dos demais fragmentos de vegetação nativa, de projeção de copa da arborização urbana e de áreas verdes consolidadas, localizadas dentro da área efetivamente urbanizada de Fernandópolis - SP.

### 4.3. Vetores de desmatamento

Os vetores que provocaram os desmatamentos ao longo desses últimos 30 anos são caracterizados principalmente pela exploração agrícola. Isso é explicado pelo fato de que o desenvolvimento agrícola no município de Fernandópolis foi caracterizado por significantes dinâmicas na exploração do uso e ocupação do solo.

As principais modificações observadas com o auxílio de fotografias aéreas e imagens de satélite, foram as evoluções das áreas de cultivo de cana-de-açúcar e as reduções na área de culturas anuais, de cafezais e de pastagens (Figura 10).



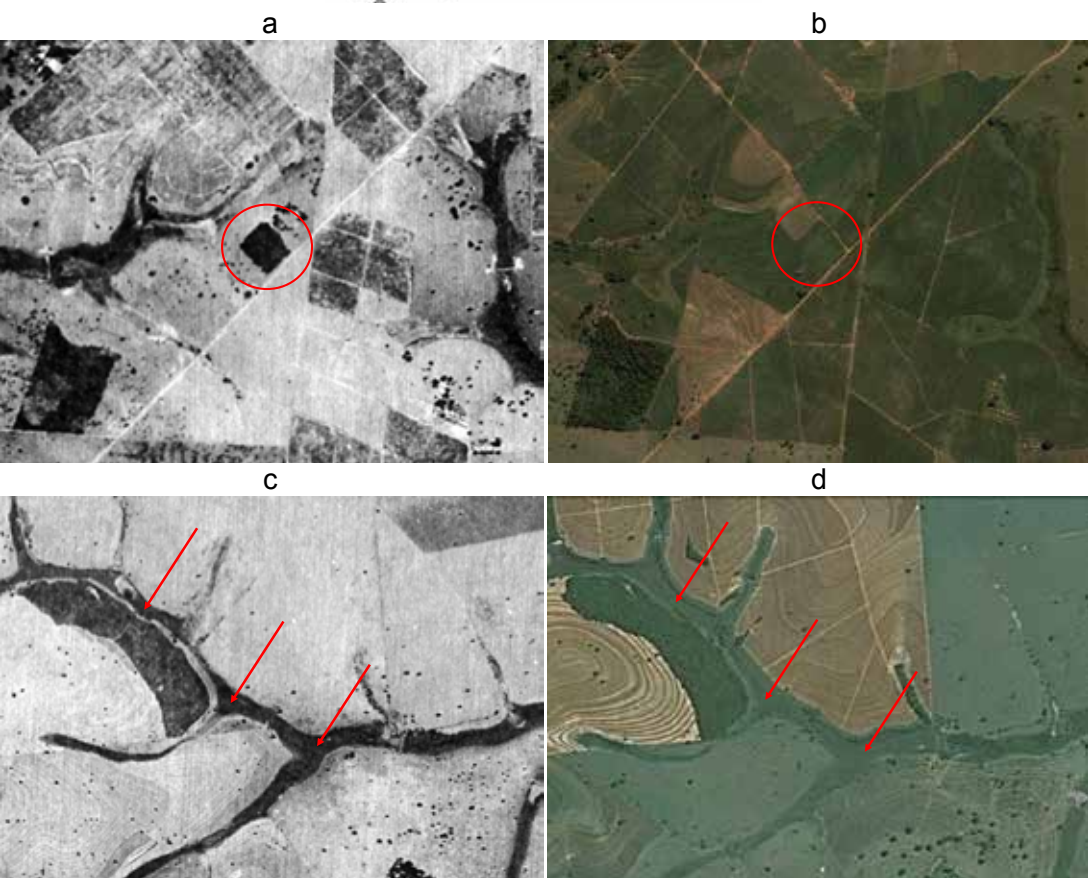
**Figura 10.** Distribuição da evolução de algumas das principais culturas agrícolas do município de Fernandópolis, sendo por cana-de-açúcar em 1985 (a) e atual (b) e cafezais em 1985 (c) e atual (d).

Neste processo, da substituição de algumas culturas por outras, foram observadas a supressões de vegetação nativa, que resultou em desmatamento nas áreas de preservação permanente e de pequenos fragmentos (Figura 10).





Continuação da página anterior



## 5. INFRAESTRUTURA DE CONSERVAÇÃO/RESTAURAÇÃO FLORESTAL

A infraestrutura que a Secretaria de Meio Ambiente de Fernandópolis dispõe para a realização dos trabalhos propostos, estão apresentados na Tabela 4.

**Tabela 4.** Detalhe da infraestrutura disponível para a execução de restaurações florestais.

Descrição	Quantidade
Viveiro de produção de mudas	3.300 m², com estoque de 25.100 mudas em tubetes (100 foram adquiridas recentemente) e 13.300 mudas no balainho (10.300 foram adquiridas recentemente)
Roçadeira manual	2
Caminhão Pipa	1
Caminhão carga seca	1

## 6. PROPOSTA DE CONSERVAÇÃO/RESTAURAÇÃO DE MATA ATLÂNTICA

As propostas de conservação/restauração da mata atlântica no município de Fernandópolis serão aplicadas em função da definição de prioridades. As prioridades foram divididas de acordo com as prioridades em área de preservação permanente e as prioridades nas demais áreas.

### 6.1. Prioridades em áreas de preservação permanente

As áreas prioritárias foram consideradas as áreas de preservação permanente (APP's) porque são as áreas de maior importância ecológica para a fauna e flora e recursos hídricos. As prioridades em APP's no município de Fernandópolis foram assim definidas:

1. APP's degradadas em área urbana: essas áreas têm prioridade máxima porque estão localizadas na área urbana, são de responsabilidade pública e são áreas sujeitas a maior impacto da poluição difusa e escoamento superficial;
  2. APP's em zona rural preservadas ainda não inscritas no Cadastro Ambiental Rural - CAR: como essas áreas ainda não estão inscritas no CAR, elas podem correr alto risco de serem degradadas, merecendo medidas rápidas para evitar sua degradação;
  3. APP's em zona rural degradadas ainda não inscritas no CAR: como essas áreas são de significativa importância ambiental, estão degradadas e ainda não inscritas no CAR, com previsão de recuperação, devem receber medidas para o início do processo de recuperação;
  4. APP's em zona rural não preservadas inscritas no CAR: apesar de já inscritas no CAR, essas áreas ainda têm que ser recuperadas, devendo então receber medidas de incentivo para a restauração.
- Na Tabela 5 está apresentado um resumo do quantitativo dessas áreas na área urbana e zona rural.

**Tabela 5.** Distribuição das prioridades em área de preservação permanente por ordem decrescente de prioridade.

Nível de prioridade	Área (ha)
1. APP's degradadas em área urbana	23,08
2. APP's em zona rural preservadas ainda não inscritas no CAR	151,31
3. APP's em zona rural degradadas ainda não inscritas no CAR	3.166,67
4. APP's em zona rural não preservadas e já inscritas no CAR	411,08

## 6.2. Prioridades nas demais áreas

As prioridades nas demais áreas da zona rural se refere as áreas de reserva legal (RL), de acordo com a situação de preservação e inscrição no CAR. Assim, as prioridades foram assim definidas:

1. Áreas de reserva legal preservadas exceto APP's (RL - APP) localizadas em zona rural e ainda não inscritas no CAR: como estas áreas estão preservadas, mas não inscritas no CAR, podem correr o risco de serem degradadas. Por isso devem ser tomadas medidas preferencias para que isso não ocorra;
  2. Áreas de RL - APP localizadas em zona rural não preservadas e ainda não inscritas no CAR: embora estas áreas não sejam preservadas, elas devem ser inscritas no CAR para o início do processo de recuperação ambiental;
  3. Áreas de RL - APP localizadas em zona rural não preservadas e já inscritas no CAR: embora estas áreas já possuam cadastro no CAR, elas devem ter medidas de incentivo para o início da recuperação ambiental.
- Na Tabela 6 está apresentado um resumo do quantitativo dessas áreas prioritárias na zona rural.

**Tabela 6.** Distribuição das prioridades nas demais áreas da zona rural por ordem decrescente de prioridade.

Nível de prioridade	Área (ha)
1. Áreas de RL - APP preservadas, localizadas em zona rural e ainda não inscritas no CAR	1.801,06
2. Áreas de RL - APP localizadas em zona rural não preservadas e ainda não inscritas no CAR	5.126,16
3. Áreas de RL - APP localizadas em zona rural não preservadas e já inscritas no CAR	1.538,17

### 6.3. Medidas propostas

### 6.3.1. Medidas para as prioridades em área de preservação permanente

As medidas propostas para as prioridades em área de preservação permanente vão de acordo com cada situação e estão apresentadas na Tabela 7.

**Tabela 7.** Propostas para a preservação/restauração da mata atlântica em áreas de preservação permanente (APP's) no município de Fernandópolis - SP.

Nível	Medidas propostas	Duração (meses)
1	a) Levantamento detalhado: como a estimativa das APP's na área urbana foi inicialmente realizada por imagem de satélite, propõe-se inicialmente um levantamento topográfico mais preciso dessas áreas.	6

1	b) Execução da restauração florestal: após os levantamentos topográficos, será elaborado e executado um projeto de restauração florestal dessas áreas.	120
2	a) Localização dos imóveis rurais: inicialmente serão localizados quais os imóveis rurais possuem as áreas preservadas e seus respectivos proprietários.	6
	b) Registro no CAR: propor e incentivar os proprietários desses imóveis a realizar o registro no CAR por intermédio da Secretaria de Meio Ambiente e executar os registros.	24
3	a) Localização dos imóveis rurais: inicialmente serão localizadas quais os imóveis rurais possuem as APP's degradadas e não inscritas no CAR, e seus respectivos proprietários.	6
	b) Registro no CAR: propor e incentivar os proprietários desses imóveis a realizar o registro no CAR por intermédio da Secretaria de Meio Ambiente e executar os registros.	24
	c) Incentivar a restauração florestal: intermediar a oferta de mudas nativas para a realização da restauração florestal dessas áreas, por meio de parcerias com empresas e/ou instituições que produzem mudas nativas.	1200
4	a) Localização dos imóveis rurais: inicialmente serão localizadas quais os imóveis rurais já possuem as suas áreas inscritas no CAR e que não possuem as APP's preservadas, bem como seus respectivos proprietários.	6
	b) Incentivar a restauração florestal: intermediar a oferta de mudas nativas para a realização da restauração florestal dessas áreas, por meio de parcerias com empresas e/ou instituições que produzem mudas nativas.	1200

OBS: As medidas de incentivos a restauração florestal com 1200 meses (100 anos) nas prioridades 3 e 4 serão realizadas simultaneamente, a uma taxa de aproximadamente 103 hectares por ano.

### 6.3.2. Medidas para as prioridades nas demais áreas

As medidas propostas para as prioridades nas demais áreas vão de acordo com cada situação e estão apresentadas na Tabela 8.

**Tabela 8.** Propostas para a preservação/restauração da mata atlântica nas demais áreas da zona rural do município de Fernandópolis - SP.

Nível	Medidas propostas	Duração (meses)
1	a) Localização dos imóveis rurais: inicialmente serão localizados quais os imóveis rurais possuem as áreas preservadas e seus respectivos proprietários.	6
	b) Registro no CAR: propor e incentivar os proprietários desses imóveis a realizar o registro no CAR por intermédio da Secretaria de Meio Ambiente e executar os registros. Essa medida será realizada simultaneamente a prioridade 2 das APP's.	24
2	a) Localização dos imóveis rurais: inicialmente serão localizados quais os imóveis rurais que não possuem as áreas preservadas e seus respectivos proprietários.	6
	b) Registro no CAR: propor e incentivar os proprietários desses imóveis a realizar o registro no CAR por intermédio da Secretaria de Meio Ambiente e executar os registros. Essa medida será realizada simultaneamente a prioridade 3 das APP's.	24
	c) Incentivar a restauração florestal: intermediar a oferta de mudas nativas para a realização da restauração florestal dessas áreas, por meio de parcerias com empresas e/ou instituições que produzem mudas nativas.	1200
3	a) Localização dos imóveis rurais: inicialmente serão localizados quais os imóveis rurais já possuem as suas áreas inscritas no CAR e que não iniciaram a recuperação da reserva legal, bem como seus respectivos proprietários	6
	b) Incentivar a restauração florestal: intermediar a oferta de mudas nativas para a realização da restauração florestal dessas áreas, por meio de parcerias com empresas e/ou instituições que produzem mudas nativas. Essa medida será realizada simultaneamente a prioridade 4 das APP's.	1200

OBS: As medidas de incentivos a restauração florestal com 1200 meses (100 anos) nas prioridades 2 e 3 serão realizadas simultaneamente, a uma taxa de aproximadamente 103 hectares por ano.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações propostas neste Plano Municipal de Mata Atlântica para Fernandópolis – SP já foram discutidas, remodeladas e aprovadas pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente na reunião realizada em 04 de julho de 2017 (ver Ata da Reunião que consta aprovação, enviada na Diretiva CA03). A próxima etapa é a aprovação pela câmara do projeto de lei que institui o Plano de Mata Atlântica.

Com a aplicação desse plano, o resultado esperado é que nos próximos 100 anos, sejam recuperados um total de cerca de 8.500,00 ha de área de mata atlântica e assim, restaurar o equilíbrio ecológico no município

## 8. REFERÊNCIAS

- ROLIM, G. de S.; CAMARGO, M. B. P. de; LANIA, D. G.; MORAES, J. F. L. de. Classificação climática de Köppen e de Thornthwaite e sua aplicabilidade na determinação de zonas agroclimáticas para o Estado de São Paulo. *Bragantia*, Campinas, v.66, n.4, p.711-720, 2007.
- OLIVEIRA, J. B.; CAMARGO, M. N.; ROSSI, M.; CALDERANO FILHO, B. Mapa pedológico do Estado de São Paulo: legenda expandida. Campinas: Instituto Agrônomo/ EMBRAPA Solos, 1999. 64p.

***Uma publicação: Terça-feira, dia 25 de Setembro de 2018.***  
***O EXTRA.NET - Edição Nº 3.381.***

PROMOÇÃO

# SORTE GRANDE






**1** Nissan March

**1** Hyundai HB20

**1** Renault Kwid

**E MAIS!**

SERÃO **3** SORTEIOS

**32** PRÊMIOS POR SORTEIO

1 CARRO  
5 TVs 32"  
5 NOTEBOOKS  
5 SMARTPHONES  
15 VALE-COMPRAS

A cada

\$100

=

\$

+



+



+



**14.000,**  
em vale-compras

**15 TVs**  
40 Polegadas

**15 IPHONES**  
SE 32GB

**15 NOTEBOOKS**

BASE DO VALE-COMPRAS: 100,00

**Acesse nosso site:**  
**www.oextra.net**





Prefeitura do Município de Valentim Gentil

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 46.599.833/0001-11

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04/2018

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2018

ADILSON JESUS PEREZ SEGURA, Prefeito do Município de Valentim Gentil, Estado de São Paulo, considerando o Resultado Final do Processo Seletivo nº 01/2018, apresentado pela UNISISP – Universo Serviços Públicos Ltda. – EPP, para preenchimento das funções temporárias de Professor de Educação Básica I (PEB I) e Assistente Social, realizado no dia 28/01/2018, para preenchimento de vagas existentes e as que vierem a existir, bem como para formação de cadastro reserva durante a validade do Processo Seletivo nº 01/2018, nos termos estabelecidos pelo presente Edital,

RESOLVE:

I - Fica convocada para contratação temporária no Serviço Público Municipal, de acordo com as necessidades atuais da Administração, a candidata aprovada no Processo Seletivo nº 01/2018, realizado com tal finalidade, de acordo com a seguinte relação:

Para o cargo temporário de Professor de Educação Básica I (PEB)

Exame médico: Clínico

CLASS.	NOTA	NOME	INSCR
15º	63,00	PATRICIA CASTILHO MIGUELAO	20068

II - A candidata aprovada devera comparecer no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura, situado na Praça Jacilândia, nº 4-33, Bairro Centro, nesta cidade, no período de 26 de setembro a 02 de outubro de 2018, no horário das 9:00h às 11:30h e das 13:00h às 16:30h, a fim de exercerem, mediante assinatura de termo de opção, o direito de ser contratada temporariamente no cargo para o qual foi habilitada.

III - Se a candidata deixar de comparecer sem motivo justificado perderá o direito de contratação temporária no cargo.

IV - Exercido o direito de opção de aproveitamento, a candidata convocada devera, ato contínuo com as custas arcadas pelo município, ser submetida a exames médicos clínicos, no prazo máximo de dez (10) dias em local determinado pela Prefeitura, e uma vez satisfatório o resultado do exame e apresentação dos documentos exigidos, sera contratada.

V - Para ser contratada no cargo em que foi habilitada, a candidata devera apresentar, obrigatoriamente, os seguintes documentos:

- a) Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- b) Certidão de Casamento, se for o caso;
- c) Título de Eleitor e comprovantes de votação nas 2 (duas) últimas eleições ou Certidão de quitação eleitoral;
- d) Certidão de Reservista ou Dispensa de Incorporação, se for o caso;
- e) Cédula de Identidade – RG ou RNE;
- f) 01 (uma) foto 3 x 4 recente;
- g) Inscrição no PIS/PASEP ou declaração de empregador anterior informando não haver feito o cadastro;
- h) Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- i) Comprovantes de escolaridade;
- j) Certidão de Nascimento dos filhos, se for o caso;
- k) Caderneta de Vacinação dos filhos menores de 14 anos, se houver;
- l) Atestados de Antecedentes Criminais;
- m) Demais documentos que comprovem o cumprimento dos requisitos e exigências estabelecidas neste Edital.

VI - Além da documentação prevista neste Edital, será facultado à Prefeitura Municipal de Valentim Gentil exigir da candidata convocada outros documentos que eventualmente sejam necessários para a abertura de Contrato Temporário de Trabalho.

VII - Fica facultado à candidata convocada o direito de renúncia de classificação, mediante termo assinado de livre e espontânea vontade.

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é expedido o presente Edital, que vai afixado no mural da Prefeitura, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município e divulgado no endereço eletrônico do Município: [www.valentimgentil.sp.gov.br](http://www.valentimgentil.sp.gov.br), bem como em veículo impresso de circulação diária regional.

Valentim Gentil, 24 de setembro de 2018

ADILSON JESUS PEREZ SEGURA

Prefeito Municipal

Uma publicação: Terça-feira, dia 25 de Setembro de 2018.

O EXTRA.NET - Edição Nº 3.381.

<div><div><div><div></div><div></div></div><div><div></div><div></div></div></div><div><div>Câmara Municipal de Macedônia</div><div>CNPJ 59.855.122/0001-02</div><div>Fone/Fax (17) 3849-1343</div><div>Praça José Princi, 307 - CEP 15620-000 - Macedônia - SP</div><div>E-mail: <a href="mailto:legismacedonia@ig.com.br">legismacedonia@ig.com.br</a></div></div></div>		
<div>CAMARA MUNICIPAL DE MACEDONIA</div> <div>RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL</div> <div>DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL</div> <div>ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL</div> <div>PERÍODO: ATÉ O 2º QUADRIMESTRE DE 2018</div>		
<div>LRF, art. 48 – Anexo 6</div> <div>RS</div>		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida		16.939.356,61
Receita Corrente líquida Ajustada		16.939.356,61
DESPESA COM PESSOAL		
Despesa Total com Pessoal - DTP	660.565,39	3,90
Limite Máximo(Incisos I,II e III, art. 20 da LRF)	1.016.361,40	6,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	965.543,33	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art.59 da LRF)	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA		
Divida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00
GARANTIAS DE VALORES		
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	0,00	0,00
JESUS BRIGATTI JUNIOR		
330 166.398-23		
PRESIDENTE		
LAZARO CORREA DA SILVA		
132.355.738-52		
CONTADOR		
WILSON DE SOUZA CABRAL		
060.022.118-02		
RESP CONTROLE INTERNO		
FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.308], CAMARA MUNICIPAL DE MACEDONIA		
Portaria Nº 495 de 2017		
Uma publicação: Terça-feira, dia 25 de Setembro de 2018.		
O EXTRA.NET - Edição Nº 3.381.		



Prefeitura do Município de Valentim Gentil

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 46.599.833/0001-11

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE

CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO Nº 03/2018

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2018

ADILSON JESUS PEREZ SEGURA, Prefeito do Município de Valentim Gentil, Estado de São Paulo, considerando o Resultado Final do Processo Seletivo nº 01/2018, apresentado pela UNISISP – Universo Serviços Públicos Ltda. – EPP, para preenchimento das funções temporárias de Professor de Educação Básica I (PEB I) e Assistente Social, realizado no dia 28/01/2018, para preenchimento de vagas existentes e as que vierem a existir, bem como para formação de cadastro reserva durante a validade do Processo Seletivo nº 01/2018, homologado por meio do Decreto Municipal nº 3.364, de 15 de fevereiro de 2018, nos termos estabelecidos pelo presente Edital,

RESOLVE:

I - Ficam convocados (as) para assinatura de contrato temporário de trabalho no Serviço Público Municipal, os (as) candidatos (as) habilitados (as) no Processo Seletivo nº 01/2018 para o cargo de Professor de Educação Básica I (PEB I), de acordo com a seguinte relação:

Professor de Educação Básica I (PEB I)			
CLASS.	NOTA	NOME	INSCR
13º	63,00	JESSICA RODRIGUES PARRA	20058
14º	63,00	ILZA APARECIDA BRITO CAMPOS BORGES	20059

II - Os (as) candidatos (as) habilitados (as) no cargo de Professor de Educação Básica I (PEB I), relacionados (as) no inciso anterior, deverão comparecer no dia 26 (vinte e seis) de setembro de 2018, para assinatura do contrato temporário de trabalho, no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura, situado na Praça Jacilândia, nº 4-33, Bairro Centro, nesta cidade, no horário das 13:00h, e, após, comparecer na Secretaria Municipal de Educação e Cultura para atribuição das aulas.

III - Os (as) candidatos (as) contratados (as) temporariamente para o cargo de Professor de Educação Básica I – PEB I, relacionados (as) no inciso I, entrarão em exercício em suas funções a partir de 26 (vinte e seis) de setembro de 2018.

IV - Se o (a) candidato (a) deixar de comparecer sem motivo justificado, dentro do prazo legal, perderá o direito de contratação temporária no respectivo cargo.

V - Fica facultado ao (à) candidato (a) o direito de renúncia da convocação, mediante termo assinado de livre e espontânea vontade.

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é expedido o presente Edital, que vai afixado em local de amplo acesso ao Público na sede da Prefeitura Municipal, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município e veículo impresso de circulação diária regional, e divulgado no endereço eletrônico do Município ([www.valentimgentil.sp.gov.br](http://www.valentimgentil.sp.gov.br)).

Valentim Gentil, 24 de setembro de 2018.

ADILSON JESUS PEREZ SEGURA

Prefeito Municipal

Uma publicação: Terça-feira, dia 25 de Setembro de 2018.

O EXTRA.NET - Edição Nº 3.381.

<div><div><div><div></div><div></div></div><div><div></div><div></div></div></div><div><div>GOVERNO DO MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL</div><div>AVISO DE LICITAÇÃO</div><div>PROCESSO Nº 001/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018</div></div></div>	
<p>O Fundo de Previdência Municipal de Valentim Gentil torna público aos interessados a realização do Pregão Presencial nº 001/2018, objeto do Processo nº 001/2018. Tipo: menor preço unitário por item. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERÍCIA MÉDICA, COM OBJETIVO DE REALIZAR PERÍCIAS MÉDICAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, COM A NECESSÁRIA CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA, APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, COM A FINALIDADE DE SUPRIR AS NECESSIDADES DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE VALENTIM GENTIL. Entrega e abertura dos Envelopes: 08 de outubro de 208 às 09:30h. O Edital Completo poderá ser retirado através do site <a href="http://www.valentimgentil.sp.gov.br">www.valentimgentil.sp.gov.br</a>, e maiores informações serão fornecidos pelo Setor de Licitações do Município de Valentim Gentil, de segunda a sexta-feira, das 09:00h às 11:30h e das 13:00h às 16:30h.</p> <p>Valentim Gentil/SP, 24 de setembro de 2018.</p> <p>ADILSON JESUS PEREZ SEGURA - Gestor do Fundo</p> <p>Uma publicação: Terça-feira, dia 25 de Setembro de 2018.</p> <p>O EXTRA.NET - Edição Nº 3.381.</p>	

<div><div><div><div></div><div></div></div><div><div></div><div></div></div></div><div><div>PREFEITURA DE FERNANDÓPOLIS</div></div></div>																				
<div>“EDITAL DE CONVOCAÇÃO”</div> <div>EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015</div> <div>Nº 13/2018 - SMRH</div>																				
<p>A Prefeitura Municipal de Fernandópolis através do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público nº 001/2015, Edital nº 01/2015- Geral e Edital nº 03/2015- Área da Saúde, promovido pelo IBFC- Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação, homologados, respectivamente, pelos Decreto nº 7.492 de 06 de janeiro de 2016 e Decreto nº 7.490 de 28 de dezembro de 2015, e prorrogados, respectivamente, pelo Decreto nº 7.943, até 05 de janeiro de 2021 e Decreto nº 7.944/2017 até 28 de dezembro de 2019, para os Cargos Públicos abaixo listados a comparecerem no dia 03/10/2018, no prédio da Secretaria Municipal de Recursos Humanos, sito na Rua Bahia, nº 1316, Centro, nesta cidade de Fernandópolis, Estado de São Paulo, para a sessão de atribuição dos seguintes cargos, no seguinte horário:</p> <p><b>Horário: 09h00min</b></p> <p><b>DENTISTA ESF</b></p> <table><tr><th>Candidato</th><th>Identidade</th><th>Classificação</th></tr><tr><td>EDMAR CARDOZO JUNIOR</td><td>47.921.092-5</td><td>15</td></tr></table> <p><b>FARMACÊUTICO</b></p> <table><tr><th>Candidato</th><th>Identidade</th><th>Classificação</th></tr><tr><td>LAIANE MANZATO BACARO PERES</td><td>43.332.756-X</td><td>29</td></tr></table> <p><b>ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO</b></p> <table><tr><th>Candidato</th><th>Identidade</th><th>Classificação</th></tr><tr><td>LUIZ FERNANDES GOMES</td><td>11.245.090-8</td><td>03</td></tr></table> <p>O não comparecimento na data e horário determinado será considerado como desistência da vaga para a nomeação do cargo público.</p> <p>A presente convocação não implicará em nomeação automática, estando esta condicionada ao número de cargos abertos.</p> <p>No ato da convocação é necessária a apresentação de documento de identificação (RG) e CPF, original e cópia. Paço Municipal “Massanobu Rui Okuma”, 24 de Setembro de 2018.</p> <p>ANDRE GIOVANNI PESSUTO CANDIDO</p> <p>PREFEITO MUNICIPAL</p> <p>Três publicações: Dias 25, 26 e 27 de Setembro de 2018.</p> <p>1ª publicação: Terça-feira, dia 25 de Setembro de 2018.</p> <p>O EXTRA.NET - Edição Nº 3.381.</p>			Candidato	Identidade	Classificação	EDMAR CARDOZO JUNIOR	47.921.092-5	15	Candidato	Identidade	Classificação	LAIANE MANZATO BACARO PERES	43.332.756-X	29	Candidato	Identidade	Classificação	LUIZ FERNANDES GOMES	11.245.090-8	03
Candidato	Identidade	Classificação																		
EDMAR CARDOZO JUNIOR	47.921.092-5	15																		
Candidato	Identidade	Classificação																		
LAIANE MANZATO BACARO PERES	43.332.756-X	29																		
Candidato	Identidade	Classificação																		
LUIZ FERNANDES GOMES	11.245.090-8	03																		





**Câmara Municipal de Macedônia**

CNPJ 59.855.122/0001-02  
Fone/Fax (17) 3849-1343  
Praça José Princi, 307 - CEP 15620-000 - Macedônia - SP  
E-mail: legismacedonia@ig.com.br

**MACEDONIA - PODER LEGISLATIVO**

**CAMARA MUNICIPAL DE MACEDONIA**

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DA DESPESAS COM PESSOAL**

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Analise de Despesa com Pessoal - Mês Ref: 8 - Agosto

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)												TOTAL (últimos 12 meses)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	LIQUIDADAS													
	SET/2017	OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	MAI/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	56.272,11	49.201,74	61.986,81	67.530,37	58.510,71	50.009,70	50.009,70	62.249,18	50.037,46	54.768,27	49.979,64	50.009,70	660.565,39	0,00
Pessoal Ativo	56.272,11	49.201,74	61.986,81	67.530,37	58.510,71	50.009,70	50.009,70	62.249,18	50.037,46	54.768,27	49.979,64	50.009,70	660.565,39	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	46.010,88	40.435,36	53.220,43	53.220,40	48.085,73	41.099,37	41.099,37	51.140,12	41.099,37	45.058,55	41.099,37	41.099,37	542.668,32	0,00
Obrigações Patronais	10.261,23	8.766,38	8.766,38	14.309,97	10.424,98	8.910,33	8.910,33	11.109,06	8.938,09	9.709,72	8.880,27	8.910,33	117.897,07	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 37, inciso I, da CF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	56.272,11	49.201,74	61.986,81	67.530,37	58.510,71	50.009,70	50.009,70	62.249,18	50.037,46	54.768,27	49.979,64	50.009,70	660.565,39	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	16.939.356,61	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	16.939.356,61	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III+IIIb)	660.565,39	3,90
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.016.361,40	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	965.543,33	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	914.725,26	5,40

Nota:  
1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas.  
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:  
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64  
2 - A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, nos termos do Art. 29-A da Lei 101/2000



**Câmara Municipal de Macedônia**

CNPJ 59.855.122/0001-02  
Fone/Fax (17) 3849-1343  
Praça José Princi, 307 - CEP 15620-000 - Macedônia - SP  
E-mail: legismacedonia@ig.com.br

**MACEDONIA - PODER LEGISLATIVO**

**CAMARA MUNICIPAL DE MACEDONIA**

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL


**DEMONSTRATIVO DA DESPESAS COM PESSOAL**

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Analise de Despesa com Pessoal - Mês Ref: 8 - Agosto

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)												TOTAL (últimos 12 meses)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	LIQUIDADAS													
	SET/2017	OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	MAI/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	(a)	(b)
JESUS BRIGATTI JUNIOR	LAZARO CORREA DA SILVA			WILSON DE SOUZA CABRAL										
330.166.398-23	132.355.738-52			060.022.118-02										
PRESIDENTE	CONTADOR			RESP CONTROLE INTERNO										



**PREFEITURA DE FERNANDÓPOLIS**

**TERMO DE ENCERRAMENTO**

**PREGÃO Nº 098/2017.**

**PROCESSO Nº 203/2017.**

Fica encerrado o Registro de Preços para “ELABORAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE COFFEE BREAK PARA USO EM VÁRIAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE, COM PREVISÃO DE CONSUMO NO DECORRER DE 12 (DOZE) MESES”, provenientes da Ata de Registro de Preços nº 127/2017 da empresa vencedora SHIRLEI APARECIDA ZOCCAL - MEI, cuja vigência expirou-se em 21 de setembro de 2018.


Fernandópolis-SP, 24 de setembro de 2018.

**FLÁVIA C. F. DOIMO DE MELO**

**Gestora da Ata de Registro de Preço**

**Uma publicação: Terça-feira, dia 25 de Setembro de 2018.**

**O EXTRA.NET - Edição Nº 3.381.**



**PREFEITURA DE FERNANDÓPOLIS**

**“TERMO DE HOMOLOGAÇÃO”**

Prefeitura Municipal de Fernandópolis, PREGÃO nº 105/2018, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE BEBEDOURO INDUSTRIAL PARA USO NAS UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL. HOMOLOGA o julgamento proferido pela Comissão Municipal de Pregão, nomeada pela Portaria n.º 17.238, de 13 de janeiro de 2017, sobre o Processo n.º 221/2018, em favor da empresa: FORT NOBRE COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA – ME o item 01 e CERTAME ASSESSORIA CONSULTORIA FERNANDÓPOLIS EIRELI - ME os itens 02 e 03, objeto deste pregão.


Fernandópolis-SP, 24 de setembro de 2018.

**ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO**

**Prefeito Municipal**

**Uma publicação: Terça-feira, dia 25 de Setembro de 2018.**

**O EXTRA.NET - Edição Nº 3.381.**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANI D'OESTE**

**TERMO ADITIVO DE VALOR 02**

**Termo Aditivo de Valor que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANI D'ESTE e a Empresa MATINEZ & MARTINEZ COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS DE COMBUSTÍVEIS LTDA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANI D'ESTE, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato denominada CONTRATANTE, inscrita no CNPJ sob o nº 45.115.391/0001-28, com sede na cidade de GUARANI D'ESTE/SP, a Rua João Neves Pontes, nº 1000, neste ato representada pelo Exmo. Prefeito, o Sr. NILSON TIMPORIM CAFFER, brasileiro, titular da cédula de identidade nº. 14.566.970-SSP/SP e do CPF nº 046.912.238-27, residente e domiciliado à Rua Hamilton Percy Fávero nº 1160, na cidade de Guarani D'Oeste, Estado de São Paulo, e do outro lado a Empresa MARTINEZ & MARTINEZ COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA, CNPJ 08.976.969/0001-04, IE 304.130.630-116, situada à Av. Duque de Caxias, nº. 554, Jardim do Trevo, Fernandópolis/SP, representada por Anderson Rodrigo Martinez, sócio administrador designado, titular do RG nº 28.633.750-2 SSP/SP e CPF nº 214.407.998-65, estabelecem de comum acordo as alterações no contrato original, anteriormente firmado entre ambos, fazendo-o nos termos que abaixo seguem:

Cláusula 1ª - Fica alterado o valor da proposta do contrato original nº 004/2018, de acordo com a Cláusula Segunda DO VALOR, embasado no requerimento da empresa contratada, e demais documentos apresentados, ficando celebrado entre as partes, que a partir da data do presente termo, os valores para a Gasolina será reajustado em 8,3%, sendo assim praticando o valor para a Gasolina de R\$ 4,29 (quatro e vinte e nove reais), totalizando a valor de R\$ 38,042,75 (trinta e oito mil, quarenta e dois reais e setenta e cinco centavos) das quantidades restantes do contrato.

Cláusula 2ª - Ficam mantidas todas as demais cláusulas anteriormente estabelecidas no Contrato firmado.

E por estarem de comum acordo, firma o presente instrumento de aditamento contratual em 03 vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas que a leitura assistiram.

Guarani D'Oeste, 20 de setembro de 2018.

**NILSON TIMPORIM CAFFER**

**Prefeito Municipal**

**Guarani D'Oeste**

**Contratante**


**MARTINEZ & MARTINEZ COM. COMBUSTÍVEIS LTDA**

**ANDERSON RODRIGO MARTINEZ**

**CNPJ 08.976.969/0001-04**

**Uma publicação: Terça-feira, dia 25 de Setembro de 2018.**

**O EXTRA.NET - Edição Nº 3.381.**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANI D'OESTE**

**-EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO -**

(Artigo 61 – Parágrafo único – Lei nº. 8666/93 – e suas posteriores alterações)

Saibam quantos virem o presente Edital de Publicação de Extrato de Contrato (RESUMO) ou dele conhecimento tiverem, que pela Prefeitura Municipal de Guarani D'Oeste, foi firmado o contrato cujo extrato é o seguinte:

**CONTRATO Nº. 095/2018**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARANI D'OESTE

CONTRATADO: MAIRA CRISTIANE DE SOUZA SANTOS ME

OBJETO: Prestação de serviços de fisioterapia, a serem realizados por profissional competente e qualificado.

VALOR: R\$ 7.376,40 (sete mil, trezentos e setenta e seis reais e quarenta centavos).

FORMA DE PAGAMENTO: Mensal.

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2018.

DATA DA ASSINATURA: 13 de setembro de 2018. NADA MAIS.

E, para constar e efeitos legais, fiz publicar o presente, nos termos da lei. Eu, \_\_\_\_\_ (Paulo Henrique de Souza Silva), Enc. Set. Licitação., digitei, imprimi e subscrevi.


Guarani D'Oeste, 13 de setembro de 2018.

**-NILSON TIMPORIM CAFFER-**

**-Prefeito Municipal-**

**Uma publicação: Terça-feira, dia 25 de Setembro de 2018.**

**O EXTRA.NET - Edição Nº 3.381.**



**PREFEITURA DE FERNANDÓPOLIS**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS**

**EXTRATO DE CONTRATO Nº. 654/2018.**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fernandópolis.

PROCESSO Nº. 205/2018.

Contratado: SHIRLEI APARECIDA ZOCCAL - MEI

VALOR: R\$ 4.980,00

ASSINATURA: 13/09/2018.

OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE KIT LANCHE, QUE SERÃO SERVIDOS ENTRE OS DIAS 18/09 A 21/09 NA CÂMARA MUNICIPAL A PARTIR DAS 13:00 HORAS E NOS DIAS 07/10 1º TURNO E 28/10 2º TURNO (SE HOVER).” ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 172/2018. MOD. PREGÃO Nº. 094/2018.


Fernandópolis-SP, 24 de setembro de 2018.

**- RAFAEL VIEIRA MENEZES -**

**Gerente de Suprimentos**

**Uma publicação: Terça-feira, dia 25 de Setembro de 2018.**


**O EXTRA.NET - Edição Nº 3.381.**



**PREFEITURA DE FERNANDÓPOLIS**


**ACESSE:**

**www.oextra.net**



**Informação com credibilidade**





**PREFEITURA**  
**DE FERNANDÓPOLIS**

**LEI Nº 4.781 – DE 24 DE SETEMBRO DE 2018**  
(Cria o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e dá outras providências).

ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS, ESTADO DE SÃO PAULO, NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS; . . .

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E DECRETOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

**CAPÍTULO I**  
**DA NATUREZA E FINALIDADE**

Art. 1º. Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, órgão deliberativo de natureza permanente, com a finalidade de promover a efetivação, implementação e defesa dos direitos das pessoas com deficiência e garantia de acessibilidade.

Parágrafo único. Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Art. 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será vinculado à Secretaria da Assistência Social e Cidadania do Município de Fernandópolis, que deverá dotá-lo de recursos humanos, materiais e financeiros necessários ao seu funcionamento.

**CAPÍTULO II**  
**DA COMPETÊNCIA**

Art. 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência tem as seguintes competências básicas:

I – propor e deliberar sobre ações para os planos e programas do Município referente à promoção e à defesa dos direitos da pessoa com deficiência;

II - zelar pela efetiva implantação da Política Municipal para Inclusão da Pessoa com Deficiência;

III – acompanhar a elaboração e a execução das leis municipais, bem como da proposta orçamentária do município sugerindo as modificações necessárias à consecução da política para inclusão da pessoa com deficiência;

IV - acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas públicas setoriais de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, habitação, cultura, turismo, desporto, lazer, política urbana e outras relativas à pessoa com deficiência;

V – propor a elaboração de estudos e pesquisas que objetivem a melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência;

VI – propor e incentivar aos órgãos competentes a realização de campanhas visando à promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência;

VII - monitorar as ações sociais relativas às pessoas com deficiências, visando subsidiar o cumprimento das normas legais existentes a elas pertinentes;

VIII – encaminhar e acompanhar os casos de violação de direitos, não atuando como órgão de investigação;

IX – Cadastrar e fiscalizar as entidades executoras do atendimento às pessoas com deficiência;

X – Deliberar sobre o plano de ação municipal anual;

XI – Acompanhar mediante relatórios de gestão o desempenho dos programas e projetos da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência;

XII – Elaborar e aprovar seu Regimento Interno;

XIII – Convocar a Conferência dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

**CAPÍTULO III**  
**DA COMPOSIÇÃO**

Art. 4º O Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência será constituído de forma paritária, por 14 (quatorze) membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo:

I - 07 (sete) representantes do Poder Público, assim representados:

a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania;

b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;

d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Obras, Infra-estrutura, Habitação e Urbanismo;

e) 01 (um) representante da Secretaria Municipal do Trânsito e Transporte;

f) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer;

g) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Cultura;

II – 07 (sete) representantes da sociedade civil, assim representados:

a) 04 (quatro) representantes vinculados as organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, que atuem na área de atendimento da pessoa com deficiência, indicados por área de atuação e assim representados;

b) 02 (dois) representantes das instituições de ensino superior;

c) 01 (um) representante da diretoria regional de ensino de Fernandópolis;

§1º - Considera-se Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos, devidamente localizada, com efetiva e comprovada representatividade e atuação, em nível municipal, nas defesas dos direitos das pessoas com deficiência, há pelo menos dois anos e registro no Conselho Municipal de Assistência Social;

§2º - Os representantes da Sociedade Civil serão eleitos em fóruns próprios.

Art. 5º Os conselheiros terão mandato de 03 (três) anos, permitida uma única recondução consecutiva, sendo que os mandatos terão início a contar da data da posse.

**CAPÍTULO IV**  
**DA DIRETORIA**

Art. 6º O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência elegerá dentre seus membros titulares a mesa diretora, por votação aberta e maioria simples, um Presidente, um Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretário, mediante indicação própria de seus participantes.

§1º - A Secretaria Executiva será exercida por funcionário da Secretaria Municipal da Assistência Social e Cidadania, indicado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, cabendo àquela secretaria promover o apoio logístico necessário ao funcionamento do Conselho.

§2º - A estrutura detalhada do Conselho e suas atribuições e funcionamento serão definidos em Regimento Interno que deverá ser submetido à aprovação do Chefe do Poder Executivo e posteriormente publicado no Diário Oficial do Município.



**PREFEITURA**  
**DE FERNANDÓPOLIS**

**LEI Nº 4.782 – DE 24 DE SETEMBRO DE 2018**  
(Cria a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COM-PDEC) do município de Fernandópolis/SP e dá outras providências).

ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS, ESTADO DE SÃO PAULO, NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS; . . .

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E DECRETOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

**CAPÍTULO V**  
**DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

Art.7º O Poder Executivo Municipal assegurará as condições de funcionamento do Conselho, garantindo dotação orçamentária, e proporcionará as garantias para o pleno exercício de suas funções.

Art. 8º Fica criado, junto à Secretaria da Assistência Social e Cidadania do Município de Fernandópolis, o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Art.9º O Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência gerenciará recursos do Orçamento Municipal e de transferências estaduais e federais e será constituído das seguintes receitas:

I - dotações que lhe forem consignadas nos orçamentos do Município, do Estado e da União;

II - recursos provenientes de convênios ou acordos de qualquer natureza, celebrados com instituições nacionais ou internacionais, para execução da política municipal de direitos da pessoa com deficiência;

III - recursos decorrentes de doações do poder público ou da iniciativa privada.

§ 1º - O Conselho fixará critérios para a utilização dos recursos financeiros e dotações orçamentárias integrantes do Fundo Municipal, bem como prestará contas, em Assembléia, ao final de cada exercício fiscal.

§ 2º - O material permanente adquirido com recursos auferidos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, será incorporado ao patrimônio do Município.

**CAPÍTULO VI**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 10 Os serviços prestados pelos membros do Conselho são considerados de interesse público relevante e não serão remunerados.

Art. 11 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 3.487, de 01 de julho de 2009.

Paço Municipal “Massanobu Rui Okuma”,  
24 de setembro de 2018.

**- ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO -**  
**Prefeito Municipal de Fernandópolis**

Registrada no livro próprio de leis e publicada na Imprensa Oficial do Município, bem como por afixação nesta Prefeitura Municipal em lugar de costume e amplo acesso ao público. Data supra.

**- JOSÉ CASSADANTE JUNIOR -**  
**Secretário Municipal de Gestão**  
*Uma publicação: Terça-feira, dia 25 de Setembro de 2018.*  
*O EXTRA.NET - Edição Nº 3.381.*



**PREFEITURA**  
**DE FERNANDÓPOLIS**

**LEI Nº 4.783 – DE 24 DE SETEMBRO DE 2018**  
(Dispõe sobre a proibição de fornecimento de canudos confeccionados em material plástico, nos locais que especifica, e dá outras providências).

ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS, ESTADO DE SÃO PAULO, NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS; . . .

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E DECRETOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

**CAPÍTULO I**  
**DA PROIBIÇÃO DE FORNECIMENTO DE CANUDOS CONFECCIONADOS EM MATERIAL PLÁSTICO**

Art. 1º Fica proibido no Município de Fernandópolis-SP o fornecimento de canudos confeccionados em material plástico aos clientes de bares, restaurantes, lanchonetes, conveniências, padarias e demais estabelecimentos comerciais congêneres.

Parágrafo único. As disposições desta lei aplicam-se igualmente aos clubes noturnos, salões de festas, danças, shows e eventos artísticos de qualquer espécie.

Art. 2º Em substituição aos canudos de plástico poderão ser fornecidos canudos de papel reciclável, material comestível ou biodegradável, embalados individualmente em envelopes hermeticamente fechados, confeccionados do mesmo material.

Parágrafo único – Os estabelecimentos abrangidos pela proibição de que trata a presente lei, terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua publicação, para promoverem a devida adequação aos termos desta lei.

Art. 3º A infração às disposições desta lei acarretará aos estabelecimentos infratores as seguintes penalidades:

I – na primeira autuação, advertência e notificação para cessar a irregularidade;

II – na segunda autuação, multa, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) e nova notificação para cessar a irregularidade;

III – na terceira autuação, multa, no dobro do valor da anterior, e assim sucessivamente até a quinta autuação;

IV – na sexta autuação, multa, no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) e fechamento administrativo;

V – desobedecido o fechamento administrativo, será requerida a instauração de inquérito policial, com base no art. 330 do Código Penal, e realizado novo fechamento ou embargo de obra, com auxílio policial, se necessário, e, a critério da fiscalização, poderão ser utilizados meios físicos que criem obstáculos ao acesso, tais como emparedamento, defensas de concreto, tubos de concreto, dentre outros.

§ 1º Em qualquer caso, será garantida a ampla defesa aos acusados da infração, antes da imposição definitiva da multa.

§ 2º A multa de que trata este artigo será atualizada anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, do ano anterior, sendo adotado o índice oficial que o suceder, no caso da extinção deste índice.

§ 3º Subsidiariamente, poderá ser aplicada a Lei Estadual nº 10.083, de 23 de setembro de 1998 – Código Sanitário Estadual.

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a regulamentação da presente lei, por decreto, no que for pertinente e necessário para melhor eficácia de sua aplicabilidade.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Executivo Municipal, consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA), suplementadas, se necessário.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Massanobu Rui Okuma”,  
24 de setembro de 2018.

**- ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO -**  
**Prefeito Municipal de Fernandópolis**

Registrada no livro próprio de leis e publicada na Imprensa Oficial do Município, bem como por afixação nesta Prefeitura Municipal em lugar de costume e amplo acesso ao público. Data supra.

**- JOSÉ CASSADANTE JUNIOR -**  
**Secretário Municipal de Gestão**  
*Uma publicação: Terça-feira, dia 25 de Setembro de 2018.*  
*O EXTRA.NET - Edição Nº 3.381.*



**PREFEITURA**  
**DE FERNANDÓPOLIS**

**“TERMO DE ADJUDICAÇÃO”**

Extrato da Ata de Adjudicação do Pregão nº 105/2018. Após abertura das propostas e verificada condições de habilitação, verificando-se a adequação do preço oferecido aos praticados no mercado deste município, fica adjudicado para as empresas: FORT NOBRE COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA – ME o item 01 e CERTAME ASSESSORIA CONSULTORIA FERNANDÓPOLIS EIRELI - ME os itens 02 e 03, objeto deste pregão.

Fernandópolis-SP, 24 de setembro de 2018.

**CARLOS ALBERTO BUOSI**  
**Pregoeiro**  
*Uma publicação: Terça-feira, dia 25 de Setembro de 2018.*  
*O EXTRA.NET - Edição Nº 3.381.*